

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .ª)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português teve oportunidade de contactar com um grupo de trabalhadores e trabalhadoras da Vitrohm, empresa situada em São Domingos de Rana, no concelho de Cascais, durante uma iniciativa junto à porta dessa empresa.

Ao longo desse contacto, o Grupo Parlamentar do PCP foi informado pelos próprios trabalhadores da existência de um clima de pressão, opressão e constante assédio moral dos trabalhadores, clima que se intensificou na sequência da realização de um plenário de trabalhadores da empresa. Ao longo dos últimos meses, tanto quanto os trabalhadores explicaram, a situação tem vindo a degradar-se e a administração da empresa tem vindo a acentuar os mecanismos de pressão sobre os trabalhadores, aplicando regras draconianas e manipulando a hierarquia dos trabalhadores de forma a penalizar e premiar uns em detrimento de outros em função de posicionamentos assumidos pelos trabalhadores no uso das suas liberdades, direitos e garantias.

Um conjunto de trabalhadores está submetido a um clima de constante terror, usado pela administração como forma de isolar e quebrar o espírito dos trabalhadores, facilitando o caminho para a quebra dos vínculos com a empresa, por desgaste em resultado desse assédio. Alguns trabalhadores já tiveram apoio médico como consequência desta política de terror da administração.

Impõe-se, portanto, que as liberdades e direitos que assistem aos portugueses em geral e aos trabalhadores em particular, não fiquem à porta das empresas, como se dos portões para dentro se vivesse antes de 25 de Abril de 1974.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP requer a V. Exa se digne solicitar ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a resposta às seguintes perguntas:

1. Que medidas tomará o governo para que as autoridades competentes diligenciem no sentido

de conhecer o problema referido e o façam cessar?

2. Que medidas já foram tomadas pelo Governo, nomeadamente com o contributo da ACT, para a regularização da situação na Vitrohm, assegurando o cumprimento dos direitos dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, 14 de novembro de 2017

Deputado(a)s

MIGUEL TIAGO(PCP)